



Tese nº 1

Tema: Conjuntura

Identificação: A conjuntura atual no Brasil – Janelas de Oportunidades

Autoria: ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil

À XVI Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

A CONJUNTURA ATUAL DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL - JANELAS DE OPORTUNIDADES.

1. Nenhum dos aspectos estruturantes do setor das comunicações em nosso país sofreu mudança substancial nos últimos anos. As características principais permanecem as mesmas: alto índice de concentração dos meios (oligopólio), claro predomínio do setor privado comercial sobre os setores estatal e público, legislação excessivamente fragmentada, defasada e insuficiente para enfrentar uma conjuntura de novas tecnologias e convergência de mídias, inúmeras práticas de manipulação da informação, ausência do poder público em ações de regulação e fiscalização do setor, perseguição e criminalização da radiodifusão comunitária, enorme resistência do setor privado empresarial para mudanças estruturais.

2. Os grandes grupos empresariais da mídia tentaram qualificar sua intervenção através de suas entidades representativas como ABERT, ANJ, ANER e ABAP, e de Institutos como Millenium e Palavra Aberta, patrocinando o boicote e tentativa de desqualificação da I Confecom, e uma constante campanha contra toda e qualquer tentativa de regulação da mídia. Editoriais e matérias na mídia privada, pressão junto aos Poderes Públicos, disputa de ideias e princípios conservadores nos debates públicos e na sociedade. Este é mais um elemento que impõe a qualificação e a unidade do nosso movimento e da nossa intervenção.

3. Por outro lado, algumas janelas de oportunidades começaram a surgir no horizonte. Já no segundo mandato do Presidente Lula, o Governo Federal começou a pautar o tema em sua agenda política. A criação da EBC – Empresa Brasil de Comunicação, com o objetivo de fortalecer a comunicação pública, e a própria realização da I Confecom, foram parte dessas sinalizações, assim como os passos iniciais para a formulação de um Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e a formatação de uma minuta inicial para um futuro Marco Regulatório das Comunicações, deixadas pelo governo anterior, colocaram importantes desafios para o atual governo da presidenta Dilma Rousseff.

4. Não custa lembrar que a própria realização da I Confecom foi produto de um amplo processo de mobilização da sociedade civil não empresarial, através de centenas de entidades organizando comissões estaduais em todas as Unidades da Federação, pressionando e negociando com poderes públicos e com empresários para que a I Confecom fosse realizada, o que terminou acontecendo em dezembro de 2009, apesar da resistência e boicote de alguns setores empresariais. Apesar dos inúmeros problemas enfrentados e de algumas insuficiências (debate pouco aprofundado, indefinição de prioridades, disputas despolitizadas), é impossível não reconhecer que o resultado final da I Confecom ficou acima das expectativas, aprovando mais de 600 propostas de políticas públicas para o setor, o que certamente constituiu num importante marco histórico, uma importante vitória do movimento que há décadas luta pela democratização da comunicação em nosso país. Embora esta mobilização tenha diminuído no ano de 2010, em função das energias consumidas no processo eleitoral, a realização da I Confecom e seu resultado marcam uma nova etapa da construção dessa luta e criam condições favoráveis para sua consolidação nos próximos anos.

5. Ao indicar um quadro político como Paulo Bernardo para o MiniCom, o novo governo federal sinalizou que o Ministério será fortalecido como instância de formulação e implementação de políticas públicas para o setor, ao invés de servir como moeda de troca e barganha na negociação de composição das forças políticas que compõem o governo federal. Sabemos que isto não basta. Será necessário dotar o MiniCom de recursos humanos, técnicos e orçamentários para que ele possa cumprir sua missão. Além disso, sabemos que o governo federal é fruto de alianças políticas de forças

progressistas com forças de centro-direita, e que as entidades da sociedade civil não empresarial terão que buscar construir sua interlocução com o Poder Executivo, sem abrir mão da mobilização e da pressão popular, para serem ouvidas.

6. Os sinais vindos do Governo Federal, em diversas políticas para o setor, são contraditórios. Por um lado, sinaliza com uma certa prioridade para a implementação do PNBL, o que é uma ‘janela de oportunidade’. Por outro lado, faz inúmeras concessões às operadoras de telefonia, não assume um discurso claro de defesa da universalização, retira as metas e obrigações de dentro do PGMU III, parece querer diminuir o papel que a Telebrás poderia ter no processo. Diante disso, a sociedade se organiza na campanha “Banda Larga é um Direito Seu”, e pressiona o governo, através de *tuitos*, redes sociais, abaixo-assinados, manifestações, debates, etc. Outra janela de oportunidade: no âmbito da construção do novo Marco Regulatório das Comunicações, o governo parece estar firme em sua decisão de levar a proposta adiante, apesar da intensa pressão dos setores empresariais. Mas estamos chegando ao final do ano de 2011 e ainda não se conhece o conteúdo da proposta a ser apresentada pelo Governo, que deverá ir à consulta pública. Apesar disso, um grupo representativo de entidades da sociedade civil não empresarial lançou a sua proposta de uma ‘Plataforma para um novo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil’, em 18 de outubro, Dia Mundial de Democratização da Mídia, em atos e eventos em várias capitais do país, dando sua contribuição decisiva para o debate, com princípios e diretrizes pautadas nas resoluções aprovadas na I Confecom. Aproxima-se um período de intensos debates e mobilizações em torno desse novo Marco Regulatório, cujo resultado final dependerá da capacidade dos atores envolvidos construírem amplas maiorias em torno de suas propostas.

7. Outra importante ‘janela de oportunidade’ é o avanço na proposta de discussão dos Conselhos de Comunicação, em nível estadual e municipal. Em várias Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas foram apresentados Projetos de Lei com este objetivo, propiciando debates, negociações, articulações, mobilização das entidades. No Ceará, o projeto chegou a ser aprovado, mas foi indeferido pelo governador Cid Gomes. Na Bahia foi aprovado e está em fase de implantação, com apoio do governador Jaques Wagner. No Rio Grande do Sul, o processo está bastante avançado e tem o apoio do governador Tarso Genro. No Rio, S.Paulo, Alagoas e em outros estados, projetos semelhantes encontram-se em tramitação no Legislativo. O mesmo acontece em dezenas de municípios brasileiros. O debate sobre a implantação dos Conselhos de Comunicação veio pra ficar.

8. No setor da radiodifusão comunitária, a sinalização do governo federal ainda é contraditória. De um lado, a Anatel continua perseguindo e criminalizando as lideranças do movimento. De outro, o MiniCom parece aberto ao diálogo, lança portaria estabelecendo novas regras e critérios para agilizar a burocracia do processo de concessões, cria um projeto de capacitação e qualificação para rádios públicas e comunitárias. A luta das rádios comunitárias não arrefece e se consolida, em todo o país, através de suas entidades.

9. Outras mobilizações da sociedade civil não empresarial e do poder público mostram que o tema da comunicação está na agenda política do país. O Ministério da Justiça encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de Marco Civil da Internet, elaborada a partir de consultas às entidades, e visando coibir a tramitação legislativa do AI-5 Digital do senador tucano Eduardo Azeredo. Ao mesmo tempo, foi realizado o I Fórum Nacional da Internet no Brasil. O movimento dos blogueiros progressistas cresce em todo o país resultando em encontros regionais, nacional e internacional. A comunicação pública sai fortalecida com a consolidação da EBC, apesar dos sucessivos ataques da mídia privada, e com uma atuação de seu Conselho Curador mais efetiva em defesa do caráter público da empresa. A aprovação do PL 116, sobre a TV por assinatura, a constituição da FrenteCom (no Congresso Nacional), e de outras frentes parlamentares estaduais e municipais, a aprovação e sansão da Lei de Acesso à Informação, a iniciativa do MiniCom de retomar o debate e testes sobre a implantação do rádio digital no Brasil... aqui e ali o tema da comunicação é pautado na arena pública.

10. Essas diversas ‘janelas de oportunidades’ significam que nosso movimento precisa dar um salto de qualidade em sua capacidade organizativa e política, se quiser se qualificar para cumprir o papel que esta nova conjuntura está desenhando. A conjuntura nos exige mais unidade de ação, maior capacidade de conviver com a diversidade e a pluralidade de nosso movimento, maior capacidade de formulação e elaboração, de interlocução e negociação, de mobilização e popularização de nossa luta. Estes são os desafios que estão colocados.

ARPUB – ASSOCIAÇÃO DAS RÁDIOS PÚBLICAS DO BRASIL